



FONTES DE FINANCIAMENTO: GERENCIAMENTO DE RECURSOS PELOS POTENCIAIS EMPREENDEDORES DA CIDADE DE PEDRO II.

Cleber Mateus dos Santos Sousa, e-mail: clebermateus997@gmail.com; Evanda Medeiros de Sousa, email: professoraevanda@gmail.com; Kaio Ferreira Braga de Andrade, e-mail: kaio.ferreira97@hotmail.com; Lucas Martins Andrade, e-mail: lucasp2pi@gmail.com

470

Instituto Federal do Piauí / Curso de Administração / Pedro II/PI.

Resumo: Este trabalho objetivou analisar o uso do financiamento concedido pelo Banco do Nordeste pelos Potenciais empreendedores da cidade de Pedro II – Piauí. A investigação utilizou-se de uma abordagem quantitativa, empregando uma metodologia exploratória e estudo de caso como método de pesquisa. O trabalho contou com a colaboração de 12 respondentes, de um universo de 12 potenciais empreendedores, sendo 9 mulheres e 3 homens. Como resultado, temos que 75% dos pesquisados é do sexo feminino, e que 83% tem menos de 36 anos, mostrando assim que a parcela pesquisa tem um perfil jovem, porém 83% não possui nível superior, o que revela, um baixo nível de escolaridade. Constatou-se que 32% decidiu empreender por desejo de ter seu próprio negócio, e 63% dos pesquisados tem experiência prévia na gestão ou no ramo de negócio em que investiu, sendo assim um fator importante, pois a baixa escolaridade é suprida pela experiência no negócio. O crédito adquirido foi em 33% dos casos, utilizado no capital de giro, indicando o uso do dinheiro para o crescimento do empreendimento, sendo assim confirmado por 75% da amostra que revelou aplicar o financiamento, na compra de novos produtos. Por fim, verificou-se a importância do microcrédito do Banco do Nordeste para os potenciais empreendedores, visto que grande parte empreende de forma empírica e mesmo com pouco conhecimento em gestão empresarial utiliza o crédito para desenvolver o seu empreendimento.

Palavras-Chave: Financiamento, Microcrédito, Gerenciamento.

1. Introdução

De acordo com Rizzardo, 2008, que define crédito como “toda operação monetária pela qual se realiza uma prestação presente contra a promessa de uma prestação futura.” (Rizzardo, 2008 apud Ribeiro, 2009). Esse conceito ficou conhecido e



se espalhou por conta de uma pessoa que fundou o Banco Grameen, em 1970, Muhammad Yunus (Ribeiro, 2009). Doutor em Economia pela Faculdade Vanderbilt, em Nashville, Tennessee, EUA, em 1974, Yunus observou a vida dos pobres que viviam em seus pais e passou a entender a verdadeira economia. Depois do Banco Grameen, diversas outras instituições em diferentes países começaram a adotar o microcrédito como: Bank Rakyat, em 1984 na Indonésia; o Bancosol, em 1986 na Bolívia; a Corposol, em 1988 na Colômbia; a FOSIS, em 1991 no Chile (Ribeiro, 2009).

O estudo do gerenciamento de recursos das empresas através dos mercados financeiros caracteriza-se pela análise do uso do financiamento concedido pelos bancos para investimentos e ampliação do crescimento da empresa. Cotidianamente, com a alavancagem do mercado e a busca por melhores formas de atender as necessidades surge a busca de aumentar os negócios, trazendo ênfase na qualidade e produtividade dos produtos e serviços oferecidos aos clientes, fato esse que apresenta ao potencial empreendedor êxito em seu empreendimento. Para isso, os empreendedores necessitam de recursos financeiros para fazer jus aos investimentos necessários para a aquisição de novos produtos e serviços. Assim como os empresários em geral, os pequenos e médios também possuem dificuldades na obtenção destes recursos, com taxas mais baixas e que resultem na geração de pontos positivos nas negociações. As dificuldades surgem desde as taxas elevadas de juros cobradas pelos agentes na obtenção dos recursos financeiros, até a burocracia dos papéis para a obtenção do crédito.

Segundo Bresser Pereira (2007), o financiamento será causa de subdesenvolvimento ao contrário de desenvolvimento se for utilizado para quitar gastos ao invés de investimento. O modo de como esse investimento, oferecido pelo Banco do Nordeste, está sendo utilizado e aplicado é uma questão pertinente, logo, o modo como estará sendo utilizado irá gerar um desenvolvimento ou um subdesenvolvimento na empresa. O financiamento empresarial é uma das opções que busca atender as necessidades do empreendedor que se vê frente a possibilidades de evolução empresarial, mas não possui recursos financeiros para crescer. Essa modalidade de crédito consiste no fornecimento de um capital para investimentos na empresa, como quitação de dívidas, aquisição de estoque, obtenção de capital de giro e até pagamento de fornecedores.



O microcrédito é uma “promessa” de inclusão social através de empréstimos e financiamentos gerando renda por meio de atividades (Morduch, 1999). De acordo com Lavoie, Pozzebon e Gonzalez (2011), o termo microfinanças é definido como o fornecimento de serviços financeiros para as pessoas de baixa renda, que não estão incluídas no sistema financeiro tradicional. Através dessas fontes de financiamento, os empreendedores, excluídos do sistema financeiro tradicional, que buscam novas melhorias, alavancar suas rendas, encontram um meio de conseguir alcançar esses objetivos.

472

Nesse contexto levanta-se a seguinte questão norteadora: Como é utilizado o financiamento concedido pelo Banco do Nordeste pelos Potenciais empreendedores da cidade de Pedro II? Visando esclarecer o problema de pesquisa proposta, definimos nosso objetivo geral: Analisar o uso do financiamento concedido pelo Banco do Nordeste pelos Potenciais empreendedores da cidade de Pedro II. E como objetivos específicos: Compreender a contribuição dos autores a respeito das fontes de financiamento; Verificar como as pessoas aplicam o financiamento; Identificar os benefícios para o crescimento das empresas.

Em virtude do tema escolhido: fontes de financiamento, potenciais empreendedores, gerenciamento de recursos; este projeto de pesquisa está focado em analisar o uso do financiamento concedido pelo Banco do Nordeste na cidade de Pedro II. Tendo em vista que o financiamento tem sido o meio que muitos empreendedores viram de alavancar seu negócio, investindo em produtos e serviços através do recurso disponibilizado pelo Banco do Nordeste. Por meio deste projeto, pretendemos informar para a sociedade, em forma de pesquisa, como é utilizado o financiamento concedido pelo Banco do Nordeste pelos Potenciais empreendedores na cidade de Pedro II.

2. Referencial Teórico

2.1 O Que São Potenciais Empreendedores?

Definir o conceito de um potencial empreendedor é um desafio constante. Dada à variedade de pontos de vista usados para estudar este fenômeno e, independentemente do conceito que se busque utilizar, este certamente irá correr o risco de ser fonte de discordância. O objetivo aqui não é o de promover uma definição de potencial



empreendedor e sim procurar mostrar as características que a literatura sobre o tema aponta como típicas do perfil de potencial empreendedor.

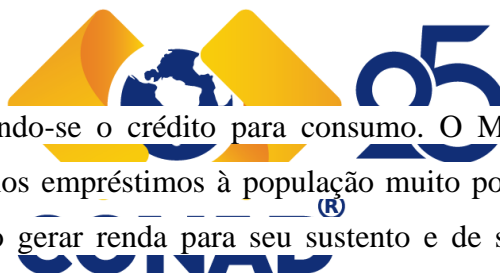
A cultura existente no Brasil, segundo Dornelas (2011), é a de que o fenômeno do empreendedorismo ocorre principalmente de forma espontânea. De acordo com esta ótica, os empreendedores em potencial podem estar por toda parte, sendo necessário apenas um estímulo que pode ser de diferentes naturezas, para que estes se revelem na prática, criando e desenvolvendo novos negócios.

De acordo com Dornelas (2011), é necessário se desmistificar a figura do empreendedor, o que deve ser ainda trabalhado frente à sociedade brasileira. O objetivo principal, segundo o autor, seria a quebra do paradigma cultural de não se valorizar os indivíduos de sucesso que têm colaborado com o desenvolvimento do país através da geração de valor, sendo estes em grande parte empreendedores natos, os quais em raríssimas situações são reconhecidos e expostos como referência. Conforme observou Dornelas, os empreendedores são muitas vezes vistos como pessoas apenas de sorte ou que venceram por outros meios alheios à sua competência.

2.2 Fontes de Financiamento

As fontes de financiamento designam o conjunto de capitais internos e externos à organização utilizados para financiamento das aplicações e investimentos realizados. De acordo com Rocha et al. (2007) a decisão da estrutura de capitais está consubstanciada na conjugação de várias combinações de fontes de financiamento à disposição da empresa, desde lucros retidos, emissão de novas ações, empréstimos bancários, leasings, empréstimos obrigacionistas, apoios estatais, entre outras possibilidades. Contudo, de uma maneira geral, as fontes de financiamento disponíveis podem ser subdivididas em capitais próprios ou capitais alheios, devendo a sua escolha ter em atenção as suas características específicas e a forma como podem minimizar o custo do capital investido e, nesse sentido, contribuir para a otimização da criação de valor. A decisão a respeito de se financiar com capital de terceiros ou por meio de capital próprio impacta diretamente o risco financeiro da empresa, pois este aumenta com o uso de dívidas.

Não existe consenso, na literatura específica, sobre os conceitos de microcrédito, o microcrédito pode ser definido como todos os serviços financeiros para



microempreendedores, excluindo-se o crédito para consumo. O Microcredit Summit (2007) o define como pequenos empréstimos à população muito pobre, para trabalhar por conta própria, permitindo gerar renda para seu sustento e de suas famílias. Já o microcrédito produtivo orientado é um crédito produtivo popular, com foco no financiamento a microempreendedores de baixa renda, para aplicação em sua atividade profissional (Alves e Soares, 2004; BNDES, 2002). Em termos gerais, o microcrédito produtivo orientado é um crédito especializado para um determinado segmento da economia: os micro e pequenos empreendimentos, formais e informais. Destina-se a negócios de pequeno porte, gerenciados por pessoas de baixa renda, e não se destina a financiar o consumo. Dessa maneira, o acesso a essa modalidade creditícia torna-se uma oportunidade para o desenvolvimento dos pequenos negócios, levando a uma melhoria da capacidade de consumo da unidade familiar por meio da geração de renda.

474

Sobre a perspectiva para o acesso ao crédito, muito ainda precisa ser feito em termos de crédito produtivo orientado, microcrédito, crédito para o consumo e bancarização no Brasil. Quando se verifica a oferta de microcrédito, o resultado é desanimador, mesmo com o crescimento expressivo do número de entidades operadoras pós-Real, que só atendem 1% da demanda estimada pela OIT, segundo Darcy e Soares (2004), e mais da metade desse número é de responsabilidade do Programa CrediAmigo do Banco do Nordeste. Em parte, essa situação explica a opção pela bancarização e o aumento da oferta de crédito por meio das instituições financeiras tradicionais (2% do compulsório sobre depósitos à vista), como política pública do governo do Partido dos Trabalhadores.

As políticas públicas voltadas à inclusão social e combate à pobreza necessitam ter a compreensão do público-alvo a ser atingido: baixa renda, informal, com baixa escolaridade e que sobrevivem, em grande parte, por meio de atividades de subsistência. Assim, é importante se retomar o conceito de economia familiar (forma de produção cuja base é depreendida da mão-de-obra no próprio contexto familiar) e, através de ações integradas de acesso ao crédito, promover sua inclusão e desenvolvimento, a inclusão desse público-alvo não significa expandir o crédito pessoal e para consumo, como vem sendo observado no governo Luiz Inácio Lula da Silva. Todavia, esse tipo de crédito não gerará empregos para a baixa renda, pois, como citado, essa apresenta níveis muito baixos de escolarização e não se empregará nas firmas demandantes de mão-de-obra. Assim, se o público-alvo a ser incluído e a sofrer ações públicas de



desenvolvimento for à baixa renda, são necessárias políticas públicas integradas de crédito para produção, de maneira a desenvolver seus negócios, e de outras ações, tais como capacitação, assistência técnica e acesso a mercados.

O avanço do microcrédito produtivo orientado somente ocorrerá a partir de uma reorganização institucional do setor de microfinanças. É preciso que haja uma instituição, coordenadora das políticas aplicadas às diferentes entidades que atuam no setor (Oscips, SCMs, ONGs, IFOs, cooperativas de crédito, bancos), e que seja capaz de integrar as ações de políticas públicas para essas entidades e dar um sentido comum de ação a todos os tipos de entidades. Essa instituição coordenadora pode ser única ou atuar de maneira compartilhada com outras do setor, desde que haja uma instituição coordenadora do sistema.

475

2.3 Banco do Nordeste

O Desenvolvimento Local é um processo de integração entre diversos setores produtivos e componentes socioculturais, que incentiva o empreendedorismo, apoia micro e pequenos empreendimentos e cultiva ambientes propícios para que novas iniciativas locais sejam criadas, com o intuito de gerar renda e riqueza para as populações de localidades com baixos índices de desenvolvimento (SEBRAE, 2006).

Entre um dos principais responsáveis por esse processo de expansão, encontra-se o Banco do Nordeste do Brasil que é uma instituição financeira múltipla criada pela Lei Federal nº 1649, de 19 de julho de 1952, e organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, tendo mais de 90% de seu capital sob o controle do Governo Federal. Com sede na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará. O banco opera como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), principal fonte de recursos operacionalizada pela Empresa. Além dos recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de parcerias e alianças com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (BRASIL, 2019).

Mais que um agente de intermediação financeira, o Banco do Nordeste se propõe a prestar atendimento integrado a quem decide investir em sua área de atuação,



disponibilizando uma base de conhecimentos sobre o Nordeste e as melhores oportunidades de investimento na região (BRASIL, 2019).

O Banco do Nordeste é responsável pelo maior programa de microcrédito urbano do país, o Crediamigo do Banco do Nordeste encerrou 2018 com cerca de R\$ 9 bilhões em empréstimos, ampliando os recursos destinados aos microempreendedores da Região. O valor é 11,2% superior ao aplicado no exercício anterior. Em quantidade de operações, o programa cresceu 5,4% e atingiu 4,2 milhões de empréstimos no ano, média de 11,6 mil por dia. Atualmente, o Crediamigo possui mais de 2 milhões de clientes ativos e já atendeu 5,6 milhões de pessoas ao longo dos seus 20 anos. (www.bnb.gov.com.br/ publicado.15.01.19)

476

Segundo Diniz (2002) a metodologia do aval solidário consolidou o Crediamigo como o maior programa de microcrédito produtivo orientado do país, garantindo a milhares de empreendedores o fortalecimento de sua atividade e a melhoria da qualidade de vida de sua família.

Farranha (2006) diz que a literatura sobre microcrédito afirma que o Banco do Nordeste do Brasil foi o primeiro banco público a fornecer diretamente crédito para micro e pequenos empreendedores do setor informal.

O diferencial maior da sistemática das microfinanças em relação ao sistema tradicional de financiamento é que o cliente não precisa necessariamente ir até ao banco para contratar um empréstimo, e sim os “agentes de crédito” é que vão até aos clientes. Estes agentes de crédito é que são os responsáveis pela análise socioeconômica dos clientes, que serve de base para a decisão de concessão ou não do financiamento pleiteado (LIMA; CARVALHO; VIDAL, 2008).

Para Neri (2009) o sucesso do Programa de Microcrédito Produtivo e Orientado, está no acompanhamento do crédito e nas orientações concedidas no momento da solicitação do mesmo. Ao contrário da concessão do microcrédito tradicional, uma vez que os tomadores de crédito se sentem desassistidos pelas as instituições financeiras, por não terem a oportunidade de alguma consultoria ou dica sobre o andamento do seu negócio.

3. Metodologia

Na perspectiva de atender ao problema de pesquisa o presente estudo utilizou-se de uma abordagem quantitativa, empregando uma metodologia exploratória e estudo de caso. Numa primeira investigação, realizou-se um levantamento bibliográfico acerca das temáticas que envolviam o objeto de estudo. A partir daí elaborou-se nosso instrumento de coleta de dados com questões direcionadas ao objetivo da pesquisa. Diante disso objetivou-se analisar como é utilizado o financiamento concedido pelo Banco do Nordeste pelos Potenciais empreendedores da cidade de Pedro II. De um universo de 12 potenciais empreendedores, conseguiu-se 12 respondentes, sendo 9 do sexo feminino e 3 do sexo masculino. Por fim os dados coletados foram analisados e serão demonstrados a seguir.

477

4. Análise e Discussão Dos Resultados

A partir da análise dos questionários, é possível traçar o perfil das pessoas que solicitam o microcrédito ao banco do nordeste situado na referida cidade, Pedro II, é possível notar o maior número de mulheres que solicitam o empréstimo, já que foram entrevistadas nove participantes do sexo feminino, representando uma quantidade de 75% da amostra, e apenas três homens, equivalente a 25%, a variável sexo joga um papel fundamental na determinação das necessidades de empreender e financiar.

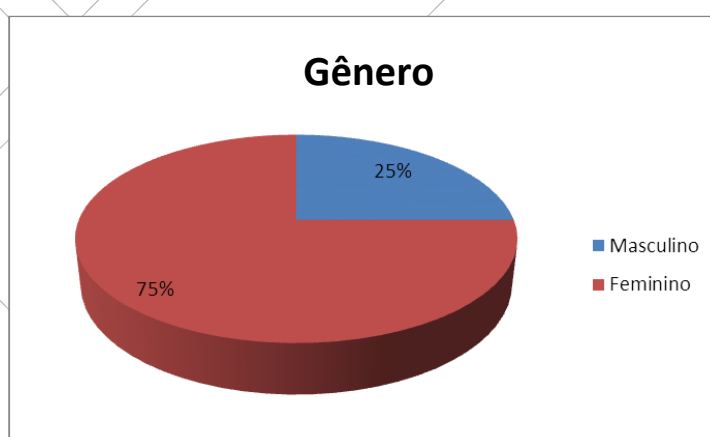
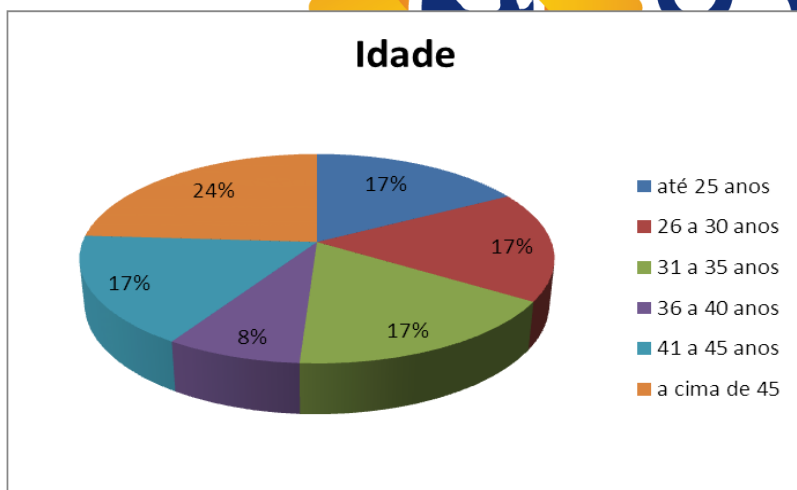


Figura 1 – Gênero. Fonte: Elaboração própria



478

Figura 2 – Idade. Fonte: Elaboração própria

Dos empresários inquiridos 83% idade mínima de 36 anos e apenas 17% tem idade até 25 anos.

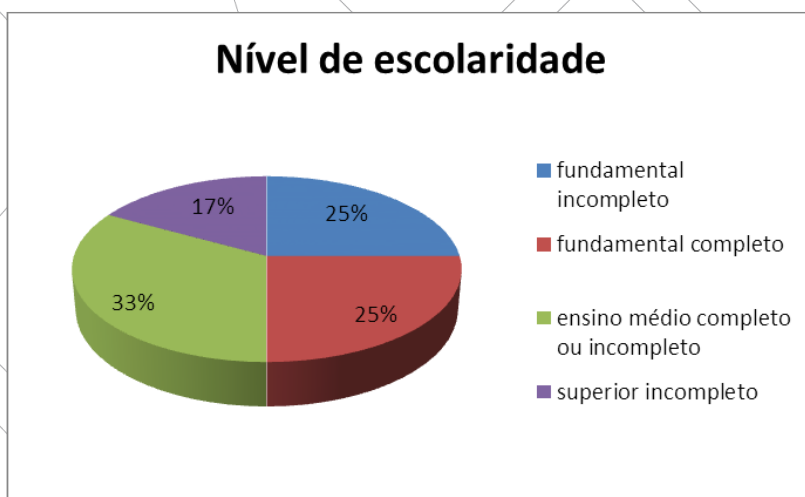
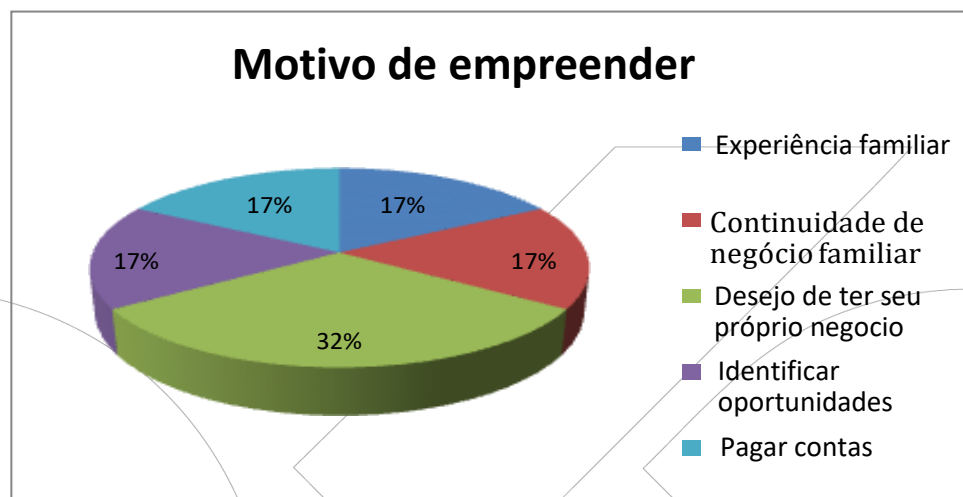


Figura 3 – Nível de escolaridade. Fonte: Elaboração própria

Ao analisar o nível de escolaridade dos potenciais empreendedores podemos perceber que possuem um nível de escolaridade que pode considerar-se baixo. Destes, 25% é constituído por pessoas que dizem ter o Ensino Fundamental incompleto. Uma parte menor dos microempresários (17%) revela-se possuir um grau de escolaridade elevada – ensino superior. O restante divide-se entre fundamental completo e ensino médio completo ou incompleto, 25% e 33% respectivamente.

Comparando a idade e o nível de escolaridade dos potenciais empreendedores participantes do estudo, pode-se constatar que isso é uma das principais dificuldades de formular ideias de negócio e expô-los de forma correta a potenciais investimentos e instituições de crédito, dificultando o acesso ao financiamento.



479

Figura 4 – Motivo de Empreender. Fonte: Elaboração própria

Com base nos resultados, 32% decidiu empreender por desejo de ter seu próprio negócio, 17% por conta de já ter uma experiência familiar no ramo de empreendedorismo, 17% porque já tinha um negócio familiar ativo, outros 17% porque identificou uma oportunidade de negócio, e o restante 17% foi para conseguir pagar as contas.

É possível ligar essas informações a empreendimentos de pequeno porte, pois seus gestores não possuem uma formação adequada, além disso essas empresas operam na grande maioria com apenas o dono, sem funcionários. Partindo das observações de Evans e Jonanovic (1989), parece razoável assumir que quanto maior a experiência de negócios do proprietário da empresa maior a sua riqueza pessoal acumulada. Essa constatação é consistente com a premissa de uma correlação positiva entre a probabilidade de iniciar um negócio e a dimensão dos ativos pessoais (riqueza pessoal). A relação parece significar que as pessoas com suficiente riqueza pessoal estarão mais bem capacitadas a iniciar uma atividade micro empresarial com maior eficiência de capital e maiores probabilidades de sucesso do negócio.



480

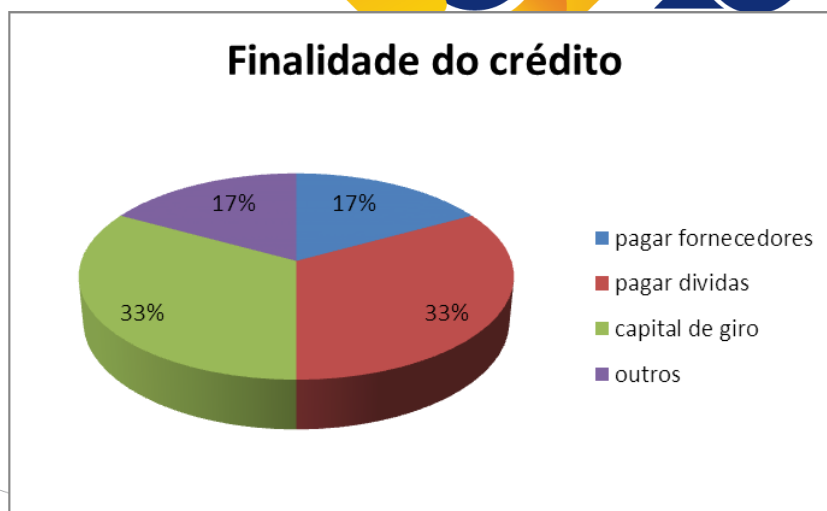
Figura 5 – Experiência na gestão. Fonte: Elaboração própria

Dos inquiridos 63% tem experiência prévia na gestão ou no ramo de negócio em que investiu. E destes 32% tem até 1 ano de experiência, 18% mais de 5 anos, 9% tem de 1 a 2 anos e o restante (37%) não tem experiência no ramo de gestão. Visto que esse é um ponto importante, pois, ao investirem numa área de negócio em que já tenham afinidade e uma experiência prévia diminuirá alguns riscos inerentes ao negócio.



Figura 6 – Setor de atividade. Fonte: Elaboração própria

A grande maioria dos potenciais pesquisados (92%) tem o comércio como atividade principal e o restante (8%) não possui uma empresa.



481

Figura 7 – Finalidade do Crédito. Fonte: Elaboração própria

A principal finalidade do crédito foi o pagamento de dívidas (33%) sejam elas de qualquer natureza, mas percebemos também em um dos casos que foi utilizado no capital de giro (33%). Mas quando se falou na aplicação desses recursos a maioria conseguiu empregar esse dinheiro da forma almejada, e uma boa parte não conseguiu, apontaram imprevistos. E também foi possível melhorar com o crédito.

A preferência do crédito ofertado pelo BNB é notável, os participantes afirmam estar satisfeita com a linha de crédito ofertada, pois as antigas ofertas feitas por outras instituições continham juros altos, prazos que muitas vezes não os atraía.

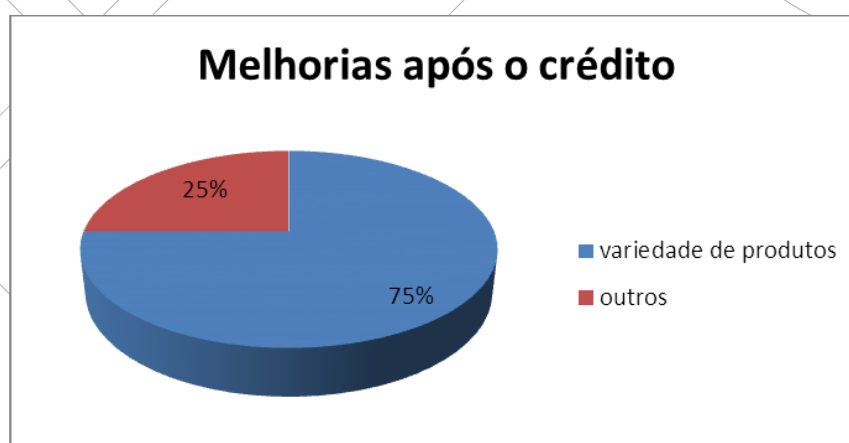


Figura 8 – Melhorias após o crédito. Fonte: Elaboração própria



Como a maioria dos empreendedores atua no setor do comércio, o financiamento foi investido em grande quantidade na aquisição de novos produtos (75%), procurando expandir o comércio e o restante, 25%, outros.

5. Conclusão

Inicialmente e de uma forma geral, o estudo em comento investigou como são utilizados os financiamentos concedidos pelo Banco do Nordeste aos potenciais empreendedores na Cidade de Pedro II.

Através das pesquisas realizadas, a análise dos dados revelou um baixo nível de escolaridade, o que dificulta o acesso ao crédito, visto que muitos desconhecem as ferramentas de gestão necessárias para se montar um plano de negócios e até mesmo uma demonstração financeira, requisitos que na maioria das vezes são exigidos pelas instituições financeiras.

As microempresas atuam de forma majoritária na área do comércio, geralmente empregando uma única pessoa, o proprietário. Além disso, sofrem com várias dificuldades, tais como a recessão econômica a pequenez do mercado e a fonte concorrência, todos derivados da problemática do acesso ao crédito, o que os impossibilita alavancar uma melhor posição no mercado. Os entrevistados também mostraram ter experiência prévia em gestão ou no ramo de negócio em que investiu, sendo esse um dos fatores importantes da pesquisa em comento, pois o baixo grau de escolaridade é suprido pela experiência dos inquiridos.

Em relação ao crédito adquirido, sua quase totalidade foi utilizada no capital de giro, indicando que o dinheiro está sendo empregado para o crescimento do empreendimento, visto que os entrevistados aplicaram o financiamento na aquisição de novos produtos. Assim, a pesquisa demonstra a importância do micro crédito do Banco do Nordeste para os potenciais empreendedores, já que a grande parte deles empreende de forma empírica e mesmo com a falta de conhecimento em gestão empresarial, sabem como utilizar o crédito para desenvolver o seu empreendimento, aplicando em capital de giro, pagando as dívidas contraídas, despesas fixas e gastos necessários para a prestação do serviço ou a obtenção de produtos.

Por fim, outro fator que confirma essa importância é que em sua grande maioria, os inquiridos aplicam tal crédito conforme o desejado, especialmente na obtenção de novos produtos, garantindo a inovação que, de uma forma geral, é percebida como



essencial para o crescimento desses potenciais empreendedores, gerando mais receita e assegurando sua sobrevivência em um cenário cada vez mais acirrado e globalizado.

REFERÊNCIAS:

ALVES, Sérgio Darcy da Silva; SOARES, Marden Marques. Democratização do crédito no Brasil e atuação do Banco Central. Brasília: Bacen, 2004. Disponível em: <<http://doc.politiquessociales.net/serv1/demo> craticao_do_credito_no_Brasil_Actuacao_do_Banco_Central.pdf>. Acesso em: 18 de outubro de 2019.

BRASIL. Banco do Nordeste do Brasil. Programa Agroamigo. Disponível em: <<https://www.bnb.gov.br>> Acesso em: 18 de out. 2019.

BRASIL. Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES. Empreendedor: saiba como obter acesso ao microcrédito. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/Microcredito/microcredito_condicoes.html>. Acesso em: 01 nov 2019.

BRASIL. Banco do Nordeste do Brasil. 2019. Disponível em: <http://www.bnb.gov.com.br/> , Acesso em: 17 de out 2019.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. Financiamento para o subdesenvolvimento : o Brasil e o segundo consenso de Washington. Disponível em < <http://www.bresserpereira.org.br/>> Acessado em 03 de outubro de 2019.

DARCY, Sérgio; SOARES, Marden. *Democratização do crédito no Brasil: atuação do Banco Central*. Brasília: BCB, 2004.

DINIZ, J. H. **Estudo sobre experiências de geração de renda e oferta de recursos financeiros às famílias pobres**. Belo Horizonte. 2002.

DORNELAS, José. Empreendedorismo: Transformando ideias em negócios. 3. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

FARRANHA, Ana Cláudia. Novas e velhas elaborações: Anotações sobre o microcrédito no Brasil. In: 3o. Congresso Latino – Americano de Ciência Política – Democracia e desigualdades. Campinas, 2006.

LAVOIE, F., POZZEBON, M., & GONZALEZ, L. (2011). Challenges for inclusive finance expansion: The case of CrediAmigo, a Brazilian MFI. *Management International*, 15(3), 57-69. doi:10.7202/1005433ar

LIMA, M. L. S. CARVALHO, L. A. VIDAL, M. B. Microfinanças e inclusão social – Um estudo de caso. In: **46th Congress, July 20-23, 2008, Rio Branco, Acre, Brasil**. Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER), 2008.

NERI, Marcelo. **Microcrédito, dinâmica empresarial e mudança de classe: O impacto do CrediAmigo**. 2008. Disponível em: <<http://www.cps.fgv.br/cps/crediamigo2/>>, acesso em 17 de dez. 2013.



RIBEIRO, D. Microcrédito como meio de desenvolvimento social. Dissertação (Mestrado em Direito Empresarial) Curso de Direito, Faculdade de Direito Milton Campos, Nova Lima, 2009. Disponível em: <<http://portal.mte.gov.br/data/files/8A7C816A2E2A24F3012E539EACD463F7/DISSERTA%C3%87%C3%83O%20%20Microcr%C3%A9dito%20como%20Meio%20de%20Desenvolvimento%20Social%20-%20por%20Daniel%20de%20Ara%C3%BAjo%20Ribeiro.pdf>> Acesso em 01 nov. 2019.

Rocha, F. e Amaral, H. (2007): A Explicação da Escolha da Estrutura de Capital por Modelos de Ajuste Parcial: Uma Aplicação no Brasil, XXXI Encontro da ANPAD.

SEBRAE. Programa Sebrae de microcrédito. 2006. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br>>, Acesso em: 18 de out. 2019.

484

ISBN nº 978-65-993495-0-8